

Mensagem nº. 040/2025.

Tauá-Ceará, 15 de agosto de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssima Senhora Vereadora,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ
RECEBIDO
EM: 15/08/2025
RESPONSÁVEL

Encaminhamos por intermédio de Vossa Excelência, para apreciação e deliberação do honrado Colegiado deste Poder Legislativo, o presente Projeto de Lei que, ***“Altera a Lei Municipal nº 1548, de 14.04.2008 – que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na forma que indica, e dá outras providências.”***

As alterações constantes na presente proposição decorrem da necessidade de vinculação normativa à nova Secretária de Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade, criada através da Lei Municipal nº 2883, de 29 de janeiro de 2025. E, por conseguinte da necessidade de compatibilização a atuação Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Tauá á aludida Secretaria.

Sendo cediço, que o Município de Tauá já dispunha de Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, criado no ano de 2008 pela lei ora alterada, sendo um órgão de fundamental importância para a propositura de ações de políticas públicas, com a finalidade da promoção e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência no Município através de ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação dos direitos de inclusão social.

Alterações, portanto, que se impõe para fins de harmonização legal e desempenho das funções do referido Conselho.

Dessa forma, esperando contar com o prestimoso apoio dos Senhores *Edis*, mediante a aprovação da proposição, em prol dos interesses dos serviços públicos direcionados à pessoa com deficiência física, apresentando no mesmo ato, votos de estima e apreço.


Patrícia Pequeno Costa Gomes de Aguiar
Prefeita Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor
FRANCISCO DA COSTA FEITOSA
Presidente da Câmara Municipal de Tauá
Nesta.



PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 071/2025

Projeto de Lei nº 71/2025

Protocolo: 20250815161656-2628 - 15/08/2025 às
13:16

Altera a Lei Municipal nº 1548, de 14.04.2008 – que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na forma que indica, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Tauá, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decretou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao art. 1º da Lei Municipal nº 1548, de 14 de abril de 2008, da seguinte forma:

“Art. 1º - (...)

§ 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Tauá fica vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade.

§ 2º - A Secretaria de Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade, proporcionará apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.”

Art. 2º. O art. 5º da Lei Municipal nº 1548, de 14 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será composto por 15 (quinze) membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes das seguintes entidades governamentais e não-governamentais:

I - Órgãos/entidades Governamentais;

a) 01 (um) da Secretaria de Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade;

b) 01 (um) Secretaria de Proteção Social;

c) 01 (um) Secretaria da Saúde;

d) 01 (um) Secretaria de Educação;

e) 01 (um) Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer;

f) 01 (um) Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;



g) 01 (um) Secretaria Municipal de Políticas e Projetos para a Mulher e Família.

II – Órgãos/entidades não governamentais:

a) 01 (um) Associação Pais e Amigos dos Excepcionais de Tauá - APAE;

b) 01 (um) Associação da Pessoa com Deficiência;

c) 01 (um) Organização/instituição Religiosa;

d) 01 (um) da Ordem dos Advogados do Brasil dos Inhamuns – OAB-Inhamuns;

e) 03 (Três) Associações Cívicas de Serviços e Sindicatos (Clube das Acácias, Lions Clube, Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Tauá, Associação dos Professores em Estabelecimentos Oficiais do Ceará em Tauá – APEOC, etc.).

Art. 3º. O art. 7º da Lei Municipal nº 1548, de 14 de abril de 2008, passa a vigor nos termos a seguir:

“Art. 7º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será nomeado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal e empossado por este e/ou representante da Secretaria de Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade.

§ 5º - A Secretaria de Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade, proporcionará apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.”

Art. 3º. Fica revogado no artigo 19, inciso V, da Lei nº 2.595 de 14 de junho de 2021, o item que prevê que o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, como integrante da Secretaria de Políticas da Mulher, Juventude, Idoso, Drogas e Família, atual Secretaria de Políticas e Projetos para a Mulher e Família.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.